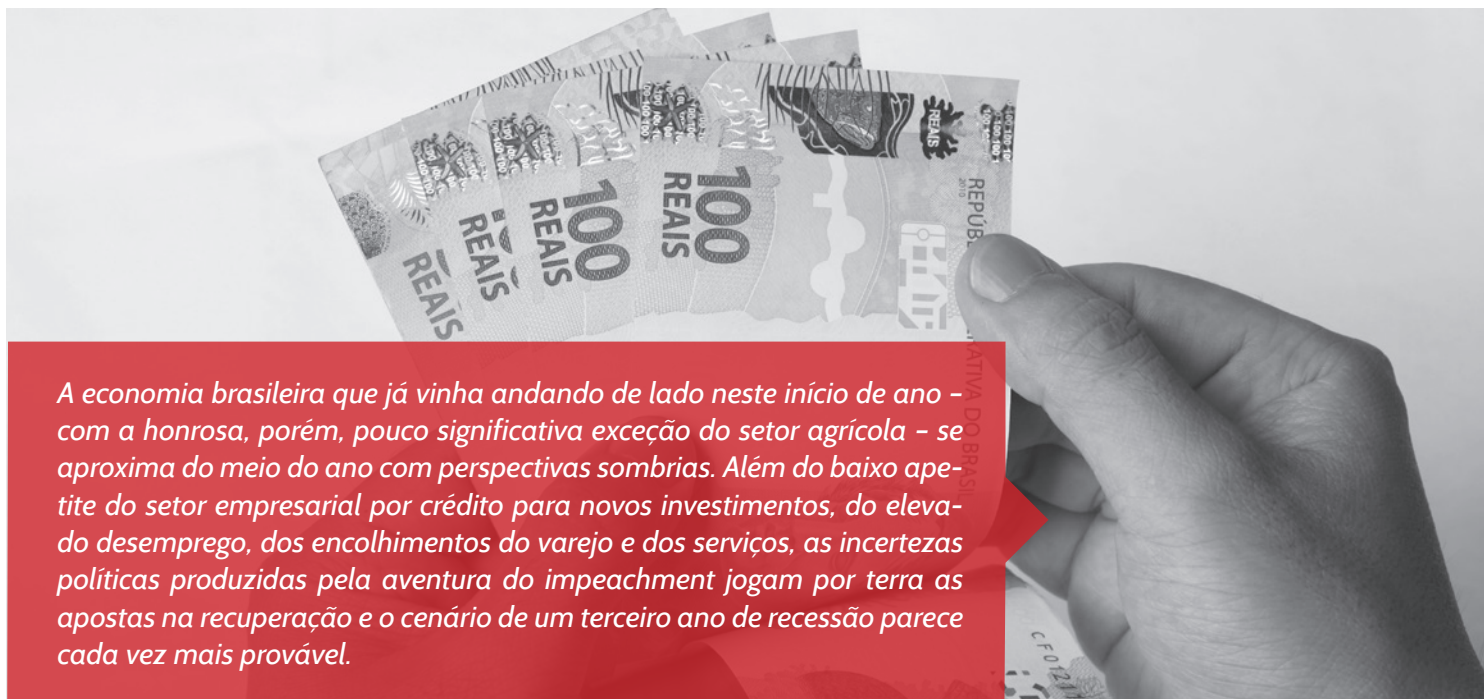


ECONOMIA



A economia brasileira que já vinha andando de lado neste início de ano – com a honrosa, porém, pouco significativa exceção do setor agrícola – se aproxima do meio do ano com perspectivas sombrias. Além do baixo apetite do setor empresarial por crédito para novos investimentos, do elevado desemprego, dos encolhimentos do varejo e dos serviços, as incertezas políticas produzidas pela aventura do impeachment jogam por terra as apostas na recuperação e o cenário de um terceiro ano de recessão parece cada vez mais provável.

Nível de atividade

Ao longo do mês de maio, com a incorporação dos dados das pesquisas econômicas relativas a março, foram divulgadas as primeiras estimativas a respeito do desempenho da economia brasileira neste primeiro trimestre de 2017. Considerando os dois principais indicadores que são utilizados como prévias do PIB, a economia brasileira teria crescido entre 1,12% (IBC-Br do Banco Central) e 1,19% (Monitor do PIB da FGV), no acumulado de janeiro a março, quando comparados aos do último trimestre de 2016.

Contudo, apesar desses números terem servido de mote à grande imprensa para que anunciassem a “retomada do crescimento” e redobrassem as apostas na agenda de reformas neoliberais, as variações são ainda muito pouco expressivas e em nada indicam que um processo de recuperação da economia esteja em curso.

Primeiro, porque aqueles números estão superestimados pelas mudanças metodológicas nas Pesquisas Mensais de Serviços e de Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme já mencionado na edição de abril deste boletim e precisamente analisado pela economista Esther Dweck¹. Segundo, porque o motor do crescimento

neste primeiro trimestre foi o setor agrícola, cuja safra recorde de grãos deverá crescer 26,2% no ano, mas que impactará menos o PIB nos dois próximos trimestres, por conta de sua evolução sazonal. Terceiro, porque diversos indicadores setoriais que pareciam esboçar alguma reação nos dois primeiros meses do ano voltaram a registrar quedas bastante preocupantes entre fevereiro e março: o varejo, por exemplo, caiu 1,9% (pior resultado em 14 anos!), o setor de serviços sofreu retração de 2,3% no mesmo período, enquanto a produção industrial recuou 1,8%, com queda de 2,5% da produção de bens de capital.

Além desses fatores, outro dado crítico que contribui para uma perspectiva ainda bastante sombria para os próximos trimestres diz respeito aos indicadores de desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A forte queda (-27%) nas consultas das empresas por novos empréstimos no primeiro quadrimestre de 2017 quando comparadas ao mesmo período do ano anterior, além da retração de 15% no volume de desembolsos no mesmo tipo de comparação, sinalizam que o setor empresarial não parece animado para expandir os seus investimentos nos próximos meses.

Indicadores do BNDES

Setor de Atividade	Consultas		Desembolsos	
	Jan-Abr	% (2017/2016)	Jan-Abr	% (2017/2016)
Agropecuária	4.723	0	4.288	-1
Indústria	4.850	-61	4.475	-35
Infraestrutura	11.476	-19	7.871	-9
Comércio e Serviços	6.428	1	4.746	-9
Total	27.477	-27	21.381	-15

Fonte: BNDES/Boletim de Desempenho (abril/2017)

Por fim, no que tange ainda aos indicadores de nível de atividade, cabe assinalar que demonstram grande heterogeneidade neste início de ano, seja do ponto de vista regional ou setorial, fato que desautoriza apostar numa tendência consolidada para o resto do ano. Por exemplo, enquanto no mês de março a produção industrial caiu em São Paulo (-1,7%), Minas Gerais (-2,8%), Rio Grande do Sul (-1,2%), Paraná (-2,9%), entre outros, houve crescimento em alguns outros estados, como o Rio de Janeiro (0,7%), o Amazonas (5,7%) e a Bahia (2,0%).

Comércio Exterior

Considerando o resultado acumulado na balança comercial até a segunda semana de maio, o país registrou um superávit de 24,4 bilhões de dólares, fruto de exportações que totalizaram 76,4 bilhões de dólares ante importações de 52 bilhões de dólares. Comparando-se ao mesmo período de 2016, os números indicam uma evolução do saldo comercial de 15,6% em 2017, com as exportações crescendo em um ritmo superior (20,2%) ao das importações (9,5%). São certamente números positivos, que trazem algum reforço a uma economia que segue anêmica e que não encontra internamente nenhum propulsor capaz de estimular a demanda agregada.

Todavia, o indicador divulgado neste mês de maio pela Organização Mundial do Comércio (OMC) a respeito do dinamismo esperado para o mercado internacional nos próximos meses (WTOI, na sigla em inglês) sinaliza que, apesar de haver uma perspectiva de leve aceleração para o conjunto do comércio internacional (o índice geral, que pode variar de 90 a 110, registrou 102,2 pontos no mês de mar-

ço), o cenário é menos favorável à economia brasileira. Isto porque, entre os motores do crescimento do comércio internacional, não estão os segmentos que têm maior peso na pauta exportadora brasileira. Tanto o setor de commodities quanto o automobilístico seguem com índices levemente reduzidos (respectivamente 98,6 e 99,7), sugerindo que o crescimento das exportações desses setores deve desacelerar nos próximos trimestres de 2017.

Inflação e política monetária

Como não poderia deixar de ser, em um contexto de recessão, desemprego recorde, juro elevado e câmbio valorizado, a inflação brasileira continua em trajetória de queda. Nos doze meses encerrados em abril, a inflação acumulada (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA) alcançou 4,08%, ficando, portanto, abaixo do centro da meta e com perspectiva de queda ainda maior até o final do ano. De acordo com as projeções do mercado capturadas pelo Boletim Focus no dia 15/5, o ano de 2017 deveria se encerrar com o IPCA registrando inflação de 3,93% e o IGP-M de 2,66%.

Contudo, é preciso ressaltar que essas expectativas de taxas cadentes de inflação até o final de 2017 não devem se repetir nos próximos levantamentos do Boletim Focus. Por conta do agravamento da crise política a partir dos escândalos de corrupção que envolveram a cúpula do governo Temer e que ameaçam as instituições democráticas brasileiras como um todo, é bastante provável que ocorra uma desvalorização cambial maior do que a estimada nas projeções atuais e que, portanto, haja alguma pressão sobre o nível geral de preços nos próximos meses.

Assim, a depender dos desdobramentos da crise política e de quem estiver no comando do Banco Central, não será surpresa uma inflexão na política monetária, abortando a trajetória de aceleração da queda da taxa de juros básica e, consequentemente, mergulhando a economia brasileira no terceiro ano consecutivo de recessão. Não é demais lembrar que o conservadorismo excessivo da atual gestão do Banco Central demonstra grande capacidade de superar a si mesmo, como revela a renitente manutenção da taxa de juros real da economia brasileira no patamar de 7% ao ano - a despeito de não haver nenhuma variável no cenário macroeconômico que indique alguma pressão sobre os preços.

Setor Público

Depois de contingenciar 42,1 bilhões de reais do já esquelético orçamento da União (a grande maioria relativa a despesas com investimentos), o governo federal acumula frustrações em relação à sua expectativa de receita. A própria crise que se aprofunda com a austeridade e com o freio de mão puxado no Banco Central faz cair o volume total de impostos pagos,

colocando o governo no dilema de ter que cortar ainda mais suas despesas - o que seria muito difícil, impopular e contraproducente - ou encaminhar para o Congresso uma revisão da meta de déficit fiscal, revelando no picadeiro a ineficácia de suas políticas macroeconômicas e a inépcia de seus autores.

Claro que, pelo menos enquanto podem, as autoridades econômicas desconversam e tentam driblar a situação com pedaladas, cujos efeitos fiscais serão nefastos no longo prazo. São estes os casos, por exemplo, das medidas provisórias encaminhadas pelo governo e aprovadas no Congresso que permitem o refinanciamento de dívidas das empresas, dos proprietários rurais e dos demais entes federativos. Com elas, o governo que se diz preocupado em equilibrar as contas públicas para restaurar a confiança abre mão de 71 bilhões de reais, perdendo multas, juros e aumentando os prazos de parcelamento das dívidas (veja na tabela abaixo). Em compensação, por conta da retomada dos pagamentos ainda no presente ano, pretende injetar algo próximo a 5,8 bilhões no orçamento de 2017 e ainda posar de "austero" perante o mercado.

O preço da Reforma da Previdência

ITENS	R\$ Bilhões
REFIS municípios	30
REFIS estados*	6
SUPER REFIS empresas	23
REFIS ruralistas	10
Total	69

Fonte: Estadão Broadcast - Elaboração própria / (*) estimativa proporcional ao desconto dado aos municípios

Mas o problema é que a carta na manga com a qual o governo pretendia evitar o colapso fiscal em que se meteu parece ter lhe escapado. Temer e seus ministros da área econômica sonhavam arrecadar receitas extraordinárias de até 28 bilhões de reais com concessões e leilões de ativos ao longo do segundo semestre de 2017. Ocorre que se essa estimativa já era pra lá de duvidosa

antes de conhecermos os termos das gravações das conversas de Temer com os donos da JBS. Agora perdeu qualquer correspondência com a realidade, pois parece pouco crível que alguma empresa privada se disponha a imobilizar capital em projetos de longo prazo em um país que desde o impeachment tem um governo que só faz crescer a incerteza e a desconfiança.

Para ver mais, consultar:

1. Leia em "O fim da recessão ou ilusão estatística?". Disponível em: <http://brasildebate.com.br/fim-da-recessao-ou-ilusao-estatistica/>